

## **SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL: SOBRE UMA ÓTICA SOTEROPOLITANA**

Jessica Antonia da Silva Moura<sup>1</sup>

Sara Sousa Freitas<sup>2</sup>

(Orientadora da pesquisa: Profa. Dra. Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão)

O presente artigo tem como objetivo analisar e discutir a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no município de Salvador como recorte da pesquisa realizada no âmbito de Observatório Nacional da Educação Especial (ONEESP), sobre eixo de investigação a organização do AEE. A referência básica para a discussão das informações foi à legislação educacional que fundamenta a política de inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) e os estudos de pesquisadores da área, na perspectiva da análise do perfil do AEE no município de Salvador. A pesquisa apresenta-se de caráter qualitativo e foi realizada em duas etapas, a primeira por meio da discussão do grupo focal com participação de professores da rede de ensino municipal norteadas por questões que buscavam a compreensão da organização do trabalho pedagógico nas SRMs bem como o planejamento e desenvolvimento realizado durante o atendimento. Os encontros foram registrados com áudio e em seguida transcritos para análises e discussões. A segunda etapa foi aplicada formulários às professores das SRMs com a finalidade de mapear todas as SRMs localizadas na rede de ensino municipal, caracterizar o perfil das SRMs e o perfil do profissional do AEE. Os resultados demonstraram a pluralidade das necessidades pedagógicas dos alunos em descompasso com a inadequada estrutura organizacional de tempo e espaço das SRMs, a qualificação carente do professor e a precária articulação com o projeto político pedagógico da escola.

Palavras chaves: Salas de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado; Inclusão escolar.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze and discuss the organization of Specialized Educational Services (SES) held in Rooms Multifunction Resources (SRM) in the city of Salvador as a result of Clipping research carried out within the National Centre for

---

<sup>1</sup> Graduanda em Fonoaudiologia pelo Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia (ICS-UFBA) Salvador-BA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC;

<sup>2</sup> Graduanda Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA) Salvador-Ba. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC.

Special Education (ONEESP) with reference to the axis of investigation the organization of AEE. The basic reference for the discussion of the informations was educational legislation that underpins the policy of educational inclusion of people with special educational needs and studies from the perspective of specialized educational services Profile in Salvador. The research presented in qualitative character and was held in two stages, the first by means of focus group discussions with participation of teachers from the municipal education network guided by questions that sought to understand the organization of pedagogical work in the SRMs as well as planning and development carried out during the service. The meetings were recorded with audio and then transcribed for analysis and discussion. The second stage, forms were applied to teachers of SRMs in order to map all SRMs located in the town network, to characterize the profile of SRMs and the professional profile of the SES. The results demonstrated the plurality of pedagogical needs of students in step with the inadequate organizational structure of space and time of SRMs, the poor qualification of teachers and the precarious articulation with the political pedagogical project of the school.

Keywords: Features Multifunction rooms; Educational Specialized care; School inclusion.

## **Introdução**

Este artigo apresenta e discute resultados de estudo e pesquisa do Projeto Observatório Nacional da Educação Especial (ONEESP), relacionados à organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em escolas comuns na cidade de Salvador-Bahia. Nessa perspectiva foi realizado um recorte de toda pesquisa realizada desde o ano de 2011 com finalização em 2014 privilegiando a temática do AEE ofertado nas SRM com o objetivo de conhecer e compreender a dinâmica desse espaço.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino ofertada a todos os níveis e etapas da educação, que conquistou seu espaço após muitas lutas, quebras de paradigmas segregativos e preconceitos. Dentro do contexto brasileiro o atendimento a pessoa com deficiência assumiu um caráter institucional e iniciou-se desde a época imperial. Entretanto, é com a vigência da Lei nº 4.024 BRASIL (1961) que o atendimento às pessoas com deficiência alcança um caráter educacional, passando a ser assegurado na

Constituição de 1988 o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas regulares de ensino. Em análise ao novo termo adotado pela constituição, MENDES (2012) aponta para a especificidade do termo que, além da garantia da frequência à classe comum, o aluno com necessidades educacionais especiais teria o direito a um tratamento que contempla a sua escolarização com proporções adequada as suas NEEs.

Após a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional LDB-EN nº 9.394 (BRASIL, 1996) solidifica a proposta tratando em um capítulo a oferta do AEE em escolas regulares e em espaços especializados, englobando a Educação Infantil, especialização do professor e a inserção do aluno com NEE no mercado de trabalho.

Observa-se também no Decreto nº 6.094 (BRASIL, 2007), a garantia do acesso e a permanência de pessoas alvos da Educação Especial em classes comuns e o Decreto nº 6.571 (BRASIL, 2008) fundamentado nas legislações anteriores, assegura a disposição do apoio técnico e financeiro da União para as ações relacionadas à oferta e ampliação do AEE no sistema público de ensino. Essas ações objetivam a implementação da sala de recurso multifuncional, a formação continuada dos professores, gestores e demais profissionais da educação, adequação arquitetônica, elaboração e distribuição de recursos pedagógicos.

De acordo com o Decreto nº 6.571 (BRASIL, 2008) em seu art.3º, as Salas de Recursos Multifuncionais são definidas como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para oferta do atendimento educacional especializado”. Estas salas estão localizadas em escolas públicas (municipais e estaduais) onde o AEE é realizado em turno oposto ao ensino regular sem caráter substitutivo do mesmo. Atendem alunos com deficiências (motora, intelectual e sensorial), alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/ superdotação.



Por ser um elemento fundamental, as SRMs têm como característica primordial a complementação e suplementação das lacunas pedagógicas não supridas nas salas comuns, gerido por um professor especializado que se apropria da utilização de recursos disponíveis para a elaboração de estratégias de ensino, eliminando barreiras que impedem a plena participação do educando, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

Nessa perspectiva de inclusão, MENDES (2012, p.360), ao se referir ao trabalho colaborativo no contexto escolar entre classe comum e SRM, aponta o mesmo como “estratégia de ascensão, tanto para a solução dos problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, como para promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos educadores.”.

Jesus (2006 apud GALVÃO, SOUZA, SILVA, SANTANA 2012), reforça o sentido do trabalho colaborativo da escola ao detalhar o desafio social da escola que transpassa a concepção de formação de sujeitos críticos e reflexivos, para a proporção da construção de uma cidadania que promove a consolidação de um projeto educacional inclusivo, por meio de uma práxis educativa construída a partir das “contradições sociais, políticas, econômicas e culturais que marcam as relações que se estabelecem entre as escolas, a cultura e a sociedade”. (JESUS, 2006, p.80 apud GALVÃO, SOUZA, SILVA, SANTANA 2012).

Fermento, Oliveira, Lima (2008 apud Galvão, 2012) também indica que a oferta do AEE em escola que o aluno frequenta permite uma inclusão mais real por promover a formação em um ambiente comum a todos.

Diante da necessidade da eficiência de um projeto educacional inclusivo o Manual de orientações: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncional em 2010 caracterizou as salas de recursos em dois tipos de estruturas sendo uma do Tipo I, com



característica de atendimento geral; e a do Tipo II, que possui os mesmos recursos encontrados no Tipo I, com a, adição de recursos para deficiência visual, dispondo dos seguintes equipamentos:

**“TIPO I - Microcomputador com gravador de CD, leitor de DVD e terminal; Monitor de 32” LCD; Fones de ouvido e Microfones; Scanner; Impressora laser; Teclado; com colméia; Mouse com entrada para acionador; Acionador de pressão; Bandinha Rítmica; Dominó; Material Dourado; Esquema Corporal; Memória de Numerais; Tapete quebra-cabeça; Software para comunicação alternativa; Sacola Criativa; Quebra cabeças sobrepostas (seqüência lógica); Dominó de animais em Língua de Sinais; Memória de antônimos em Língua de Sinais; Conjunto de lupas manuais (aumento 3x, 4x e 6x); Dominó com Textura; Plano Inclinado – Estante para Leitura; Mesa redonda; Cadeiras para computador; Cadeiras para mesa redonda; Armário de 7 aço; Mesa para computador; Mesa para impressora; Quadro mel anímico.**

**Tipo - II** (são acrescentadas materiais conforme descrição abaixo) Impressora Braille; Máquina Braille; Lupa Eletrônica; Reflete de Mesa; Punção; Suruba; Guia de Assinatura; Globo Terrestre Adaptado; Kit de Desenho Geométrico Adaptado; Calculadora Sonora; Software para Produção de Desenhos Gráficos e Táteis. (BRASIL, 2010, p.11)

E o profissional do AEE deve ser especializado, desenvolvendo as seguintes funções:

1. Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE;
2. Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE;
3. Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis;
4. Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola;
5. Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade;
6. Desenvolver atividades próprias do AEE (BRASIL, 2010).

Assim é evidente o impacto das salas de recursos na rotina da escola comum, onde a necessidade da articulação entre as mesmas provoca uma flexibilização no currículo, recursos e metodologias e o profissional do AEE tem habilidade de executar estratégias e suportes a fim que promover para o aluno espaço para superar as dificuldades na



assimilação e desenvolvimento do currículo escolar, ampliando as adaptações conquistadas para a sala comum. (MIRANDA.et.al, 2014)

### **Metodologia**

Inicialmente foi realizado um levantamento investigativo dos dados referentes à Educação Especial na cidade de Salvador articulado com a inclusão na rede de ensino municipal o que por fim revelou a contradição entre os avanços das implementações dessas salas com a diminuição de matrículas dos alunos com necessidade educacionais especiais. Para tanto foi fundamental o apoio por parte da Secretaria Municipal de Educação – SMED que nos forneceu uma lista com as SRMs implantadas e em pleno funcionamento, o contato foi estabelecido via telefônica com o agendamento das visitas para as duas etapas seguintes.

A etapa seguinte foi realizada com o apoio de 10 professoras da SRM, que desenvolveram um diálogo em caráter colaborativo, com participação em discussão de grupo focal. O eixo temático foi à organização das salas de recursos multifuncionais. E as questões classificaram-se em cinco categorias, sendo elas: Função e objetivo da SRM; Atribuições do professor de AEE; Articulação com o ensino comum; Planejamento; Dificuldades encontradas. As discussões foram realizadas aos sábados pela manhã na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, os áudios foram gravados e as transcrições foram feitas integralmente.

Por fim a ultima etapa foi à inserção de um formulário para as professoras do AEE nas redes municipais de ensino, em função do surgimento de novas SRMs que não estavam em funcionamento na época da realização do grupo focal. Assim foram contabilizadas mais 9 escolas, permitindo concluir um mapa final com essas escolas caracterizando o perfil das SRMs e o perfil do profissional do AEE.

### **Análise dos resultados**

A cidade de Salvador, lócus desta pesquisa apresentava em 2012, no momento inicial dos procedimentos da coleta de dados uma população composta por 2.675.656 habitantes (IBGE, 2012) com uma estimativa de 2.371.102 pessoas alfabetizadas. Ainda de acordo com os dados do IBGE de 2012, os alunos matriculados em redes públicas e privadas encontravam-se distribuídos 304.047 alunos em Ensino Fundamental e 107.050 matriculados no Ensino Médio. Com a finalização da pesquisa no ano de 2014, a rede municipal de Salvador apresentou um total de 146.024 alunos (SALVADOR, 2014), distribuídos por segmento nos seguintes índices: 18.897 alunos na Educação Infantil, 102.580 matrículas no Ensino Fundamental e 24.547 inscritos no Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Em âmbito da modalidade de Educação Especial, a comparação entre o ano de 2012, início da pesquisa, e o ano de 2014, finalização da mesma, apresenta o avanço das instalações das SRMs em contrastes com o número de matrículas dos alunos alvos da Educação Especial. Os números se dispõem da seguinte maneira, em 2012 correspondia a 1.649, em 2014 este quantitativo diminuiu para 909 alunos. No que diz respeito às SRMs nas escolas 10 estavam em funcionamento até o final de 2012, em 2014 foram contabilizadas 28 escolas com Salas de Recursos Multifuncionais, sendo que 19 estão em funcionamento. (SMED/SALVADOR, 2012, 2014).

Esses dados quantitativos indicam um aumento de quase 200%, no número de escolas com SRM, instaladas e em processo de instalação e uma diminuição de quase 100%, no número de matrículas dos alunos público alvo da educação especial, aqueles alunos para os quais este espaço foi criado. Vale ressaltar que dentre os indicadores de 2012, foram computados pela Secretaria Municipal de Educação, que dentre os alunos da Educação Especial, 84 alunos estavam matriculados sem relatórios comprobatórios da necessidade educacional especial. Em 2014, este dado não foi contemplado nas estatísticas

disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação. (GALVÃO, SOUZA, SILVA, SANTANA, 2012 apud MIRANDA.et al, 2014).

Com o depoimento das professoras participante do grupo focal, seguida das entrevistas e a aplicação do formulário para as professoras das novas escolas, foi possível realizar um mapeamento conclusivo para promover uma visão mais sistemática do perfil da SRM de Salvador. Nessa perspectiva foram identificadas 8 Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE) com a instalação da SRM, no que se refere ao atendimento de acordo com as etapas e modalidade de ensino foi constatado que das 19 instituições 11 atendem Educação Infantil, todas atendem Ensino Fundamental I, 4 atendem Ensino Fundamental II e 8 atendem Educação de Jovens e Adultos.

As salas de recursos são 17 do tipo I e 2 do tipo II, o total de alunos atendidos de acordo com a NEE apresentada e a modalidade de ensino frequentada fica distribuído da seguinte maneira: alunos da Educação Infantil 1 possui Deficiência Intelectual (DI), 2 com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), 1 com Paralisia Cerebral (PC), 1 com Paralisia braquial do lado esquerdo e deficit cognitivo e com Baixa Visão; já nos alunos do Ensino Fundamental foram identificados 165 com DI, 19 com TGD, 5 com PC, 10 com Deficiências Múltiplas, 10 com Deficiência Auditiva, 14 com Deficiência Física, 4 com Autismo, 1 com Altas Habilidades/Superdotação e 1 com Surdocegueira. Os recursos didáticos e pedagógicos são mantidos pelo governo federal e alguns confeccionados pelos próprios professores, quanto ao perfil profissional apresentou o seguinte parâmetro, predominância feminina, predominância no curso de Magistério e de Licenciatura em Pedagogia na formação inicial, dos 19 professores apenas 1 não apresentou curso de especialização, e os cursos de especialização variam entre Psicopedagogia, curso de Libras, Tecnologia Assistiva, curso de Braile, Educação Especial e AEE. O tempo de atuação em sala comum varia entre 4 anos a 35 anos, em Educação Especial 5 meses a 25 anos e em SRM a variação esta entre 4 meses e 3 anos.



## Conclusão

O papel das salas de recursos tem se mostrado fundamental para a consolidação da política de inclusão no âmbito escolar, garantindo o acesso, permanência e desenvolvimento do educando público alvo da Educação Especial e as praticas dos profissionais do AEE tem viabilizado a escolarização dos mesmos em perspectivas avançadas do ensino ao ampliar as conquistas para a sala comum.

É evidente que o município de Salvador está caminhando em passos lentos no caminho da inclusão, carente de uma ampliação para as outras unidades de ensino e para a modalidade de Educação Infantil, porém com ações e atuações significativas.

Ainda há muito a ser conquistado, infra-estrutura, ampliação das salas de recursos para outras instituições, ampliação no atendimento às modalidades e nas NEEs formação continuada de professores, além da consolidação do trabalho colaborativo com os professores da sala comum. É um caminho longo e árduo em que o município de Salvador pode ser considerado ainda imaturo pela recente difusão da escolarização especial em acordo com a educação comum, ainda existe o cheiro de novidade no ar e com isso chegam às incertezas, inseguranças e imaturidades. São, no entanto as pesquisas acadêmicas e os embates dos estudiosos da área quanto às modificações favoráveis nas legislações e normas que tem servido de apoio e esperança para criar subsídios a fim de reestruturar a educação especial no Brasil.

## Referências

BRASIL. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>> Acesso em 20 de Out. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 20 de Out. 2014.

\_\_\_\_\_. MEC/SEESP. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília.

\_\_\_\_\_. MEC/SEESP. **Manual de orientações**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncional. 2010.

SALVADOR, SMED **Secretaria Municipal de Educação de Salvador**. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/educa-numeros-matricula-deficiencia.php> Acesso em: 20 de Out. 2014.

FIRMINO, B. R. Antonio; OLIVEIRA, de M<sup>a</sup> Risélia; LIMA, S. Vanessa. **SRM-Sala de Recurso Multifuncional: Um avanço nas políticas públicas!** . In: 3º Seminário Nacional Sobre Educação E Inclusão Social De Pessoas Com Necessidades Especiais, 2008, Natal/RN. Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos, 2008.

GALVÃO, N. C. S. S. et al. **O Perfil das Salas de Recursos Multifuncionais em um Município do Nordeste Brasileiro**. In: V Congresso Brasileiro de Educação Especial - V CBEE e VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial - VI ENPEE. São Carlos: Editora Cubo, 2012. v. 1. p. 3681-3696.

JESUS, Tercio Rios de. **Política e Gestão da Educação Municipal em Atenção à Diversidade**: a construção de sistemas educacionais inclusivos. 2006. 200 f. il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MENDES, E.G; MALHEIRO, C.A.L. Sala de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado? In: MIRANDA, T. G. e GALVÃO FILHO, T. A (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2012, p.349-365.

MIRANDA, T. G. et al. **A Organização do Trabalho Pedagógico nas Salas de Recursos Multifuncionais**. In: IV Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial. USP/São Paulo, 2014.p15.